

PROVA OBJETIVA

Brasília/DF, 4 de julho de 2021.

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

1. Este caderno contém a prova objetiva, prevista no art. 29 da Resolução CSMPDFT nº 271/2021 (Regulamento do Concurso). Ao recebê-la, confira se contém 100 (cem) questões de múltipla escolha. Caso observe qualquer problema, informe o fiscal de sala.
2. A prova possui duração de 5 (cinco) horas, já incluído o tempo para preenchimento da folha de respostas.
3. Para cada questão, há apenas uma alternativa correta. Questões com mais de uma alternativa assinalada na folha de respostas, assim como as questões rasuradas, serão consideradas erradas. Não haverá substituição da folha de respostas.
4. O candidato deve deixar sobre sua mesa ou carteira apenas lápis, borracha e caneta azul ou preta, fabricada com material transparente. Não é permitida a utilização de qualquer outro tipo de material, incluindo-se papel, régua, calculadoras, celulares e outros. Celulares, relógios digitais, relógios multifuncionais e outros aparelhos eletrônicos devem ser mantidos desligados durante todo o tempo de prova e serão recolhidos pelos fiscais de sala.
5. Não é permitida consulta a legislação, súmulas de Tribunais, livros ou anotações de qualquer tipo.
6. Durante a prova, não é permitida a comunicação entre candidatos, por qualquer meio, escrito ou oral. Também não é permitida a comunicação dos candidatos com outras pessoas ou com sistemas de informática situados fora do recinto da prova.
7. O candidato somente poderá ausentar-se da sala de provas após 1 (uma) hora de seu início.
8. Durante a prova, o candidato não deve se levantar. Caso tenha alguma necessidade, deve solicitar orientação ao fiscal de sala.
9. Restando apenas 1 (uma) hora para o término da prova, será permitido ao candidato levar consigo este caderno de prova e o rascunho da folha de respostas.
10. A folha de resposta será recolhida pelo fiscal de sala ao término do horário de prova.
11. O descumprimento destas instruções ou das constantes na folha de respostas poderá acarretar a anulação da prova do candidato e a adoção das medidas legais cabíveis.

GRUPO I: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO 1

O ERRO, no DIREITO PENAL PÁTRIO:

- a) Quando determinado, o terceiro responde a título de dolo.
- b) Requer, como critério de aferição da escusabilidade, o *homo medius* colocado no lugar do agente.
- c) Se recair sobre a existência ou os limites da posição de garantidor, excluirá o dolo.
- d) Sobre o objeto material, não afeta a responsabilidade penal do agente, porque ele sempre responde pelo crime que pretendia cometer.
- e) Se putativo, não afasta o dolo.

QUESTÃO 2

Para a CULPABILIDADE NORMATIVA, adotada em nosso sistema penal:

- a) O excesso exculpante pode redundar tanto em erro de proibição indireto quanto em inexigibilidade de conduta diversa.
- b) O juízo, que reprova o autor do fato, resulta da inferência de que a conduta contraria o Direito.
- c) A inimputabilidade do doente mental se configura com a enfermidade diagnosticada em exame de sanidade mental, atestando a contemporaneidade da causa.
- d) Não é possível, para a fixação da pena, que o juízo de reprovação incida sobre o autor do fato, pela sua condução de vida.
- e) A ausência da potencial consciência da ilicitude pode redundar na exculpante obediência hierárquica.

QUESTÃO 3

Em matéria de CRIMES MONOSSUBJETIVOS, QUANDO COMETIDOS POR MAIS DE UM AGENTE, é CORRETO afirmar que:

- a) Paciente que instiga médico a não comunicar às autoridades sanitárias a existência da Covid-19 não é partícipe do crime de Omissão de Notificação de Doença (art. 269 do CP), porque se trata de delito de omissão própria.
- b) É possível a coautoria em crimes próprios.

- c) Para a adequação típica da coautoria, é dispensável o art. 29 do Código Penal.
- d) O coautor funcional, para a teoria do domínio do fato, equivale ao partícipe para a teoria restritiva, porque colabora com o crime sem participar concretamente da execução.
- e) Não é indispensável a homogeneidade subjetiva na participação.

QUESTÃO 4

Para o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF):

- a) É possível a aplicação do princípio da insignificância ao crime de descaminho (art. 334 do CP), se o valor estiver aquém do estipulado no art. 20 da Lei nº 10.522/2002, mesmo em caso de reiteração delitiva.
- b) A arma de fogo incapaz de efetuar disparos pode configurar elementar dos crimes de Porte ou Posse Ilegal dos arts. 12, 14 e 16 da Lei nº 10.826/2003.
- c) As práticas homofóbicas não podem configurar o crime de injúria racial (art. 143, §3º, do CP), porque o alcance representaria analogia, defesa em matéria incriminadora.
- d) O limite temporal de cinco anos, previsto para a caracterização da reincidência (art. 64, I, do CP), pode ser aplicado na interpretação da circunstância judicial relativa aos maus antecedentes, não se contando, para negativar a vetorial do art. 59 do CP, as condenações com trânsito em julgado que ultrapassem esse período.
- e) O privilégio do §4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006 não retira o caráter hediondo do crime de tráfico de drogas e, por essa razão, o agente deverá ser submetido ao regime da Lei nº 8.072/1990.

QUESTÃO 5

Para a TEORIA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA:

- a) Se um cliente bancário consegue vultoso empréstimo, dentro das normas da Casa de crédito, confidenciando ao gerente que

empregará o recurso para comprar cocaína e revender, este será partícipe do tráfico.

- b) Se dois indivíduos moradores da mesma república que a vítima são contratados para matá-la, por envenenamento, sem saberem um do outro, e ministrarem a substância na bebida, sequencialmente, em quantidade insignificante para a finalidade, em virtude da chegada repentina de terceiros, vindo a produzir-lhe o resultado letal, dada a soma das doses, ambos responderão por homicídio consumado.
- c) Os ofendículos podem excluir a tipicidade ou a ilicitude, ocorrendo, na primeira hipótese, apenas quando o dissenso for elementar do tipo.
- d) Quando o autor, após desferir golpes de faca contra a vítima, desejando matá-la, vê que ela desfaleceu e, imaginando-a já sem vida, põe fogo no local para ocultar o fato, verificando-se, pelo laudo, que o óbito se deu pelas queimaduras e não pelos ferimentos, ele não responde pela consumação do crime.
- e) O nexo de causalidade material deixou de ter relevância jurídico-penal.

QUESTÃO 6

Em relação às CAUSAS DE EXCLUSÃO DE ILICITUDE, é possível ASSEGURAR que:

- a) Não cabe legítima defesa sucessiva contra legítima defesa putativa.
- b) O terceiro que defende o provocador doloso do perigo não pode alegar estado de necessidade.
- c) A legítima defesa subjetiva pode ser apenas uma legítima defesa putativa, em sede de excesso.
- d) O consentimento do ofendido, para beneficiar o agente, como justificante, prescinde do conhecimento do beneficiado.
- e) O excesso intensivo exclui a própria justificante, enquanto o extensivo pressupõe a sua existência.

QUESTÃO 7

A respeito de CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL, conforme o STJ, é CORRETO afirmar que:

- a) É possível a desclassificação do crime de estupro de vulnerável (art. 217-A do CP) para o de importunação sexual (art. 215-A, do CP), se as carícias forem por cima da roupa.
- b) Não é possível a configuração do crime de assédio sexual (Art. 216-A, do CP) entre professor e aluno, porque inexistente relação hierárquica ou de ascendência, inerentes ao exercício do emprego, cargo ou função, próprios do tipo.
- c) A incidência da causa de aumento de pena referente à condição de padrasto do autor (art. 226, II, do CP) afasta a aplicação da agravante relativa à prevalência das relações domésticas em ambiente familiar (art. 61, II, “f”, do CP), sob pena de *bis in idem*.
- d) A contemplação lasciva pode tipificar o crime de estupro de vulnerável (art. 217-A do CP).
- e) No estupro de vulnerável (art. 217-A do CP), o trauma psicológico, decorrente do fato, é suficiente para a valoração negativa das consequências do crime (art. 59 do CP).

QUESTÃO 8

Quanto às TEORIAS DO CRIME, pode-se ASSEVERAR que:

- a) O modelo Neokantista, da teoria teleológica do delito, manteve o dolo natural e a culpa *strictu sensu* na culpabilidade, acrescentando a esta, apenas, o elemento exigibilidade de conduta conforme o Direito.
- b) Para o finalismo, o juízo de culpabilidade deve recair sobre o fato.
- c) O funcionalismo sistêmico preconiza que a missão do Direito Penal é a proteção de bens jurídicos, através da prevenção geral ou especial.
- d) Na visão do funcionalismo teleológico, a responsabilidade, como condição para a sanção, exige, além da análise dos requisitos da culpabilidade, o juízo da necessidade da pena.

- e) Conceito central para a moderna teoria significativa da ação é o papel que cada pessoa tem, em uma vida em sociedade, restringindo-se a possibilidade de responsabilização penal ao seu conhecimento e aos seus limites.

QUESTÃO 9

No que diz respeito aos CRIMES EM ESPÉCIE, levando em consideração as COMPREENSÕES MAIS ATUALIZADAS DO STJ, é CORRETO afirmar:

- a) O roubo (art. 157 do CP), praticado contra titulares de patrimônios distintos, configura concurso formal, mesmo que estejam sob os cuidados de uma única pessoa, alvo da grave ameaça.
- b) A extorsão (art. 158 do CP) pode ser praticada mediante ameaça feita por pastor, de causar “mal espiritual” a um fiel da igreja, com a finalidade de compeli-lo a realizar doação em dinheiro.
- c) É possível aplicar o princípio da insignificância ao furto qualificado pelo abuso de confiança (art. 155, §4º, II, do CP), se o agente for primário e a coisa, de ínfimo valor.
- d) Para a caracterização da apropriação indébita previdenciária (art. 168-A do CP), é necessária a comprovação do elemento subjetivo especial de apropriação de valores.
- e) É incompatível o dolo eventual com a qualificadora da crueldade no crime de homicídio (art. 121, § 2º, III, do CP).

QUESTÃO 10

No tocante aos CRIMES PREVISTOS NA PARTE ESPECIAL DO CÓDIGO PENAL, de acordo com a JURISPRUDÊNCIA MAIS RECENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, é CERTO afirmar que:

- a) Inserir informação falsa no currículo *lattes* pode configurar o crime de falsidade ideológica (art. 299 do CP).
- b) Para a caracterização do crime de falso testemunho (art. 342 do CP), as afirmações feitas por testemunha em Comissão Parlamentar de Inquérito

deverem possuir relevância jurídica e potencialidade lesiva.

- c) Se a pessoa investigada sequer for indiciada pelo Delegado de Polícia em relatório final que concluiu que ela, comprovadamente, não concorreu para a infração penal, o autor da notícia que motivou o inquérito policial deve responder pelo crime de denunciação caluniosa (art. 339 do CP).
- d) O crime de Corrupção Passiva (art. 317 do CP) não exige a comprovação de que a vantagem indevida, recebida pelo funcionário público, esteja causalmente vinculada à prática do ato de ofício inquinado.
- e) Médico de hospital particular, ainda que conveniado com o Sistema Único de Saúde (SUS), não pode ser equiparado a funcionário público, para fins penais.

QUESTÃO 11

Sobre AS CIRCUNSTÂNCIAS DO PROCESSO TRIFÁSICO DE APLICAÇÃO DA PENA (art. 68 do CP), é POSSÍVEL DIZER que:

- a) Se reincidente, o condenado deve iniciar o cumprimento da pena em regime fechado, conforme os critérios do § 2º do art. 33 do CP, sem importar a quantidade da sanção.
- b) Não se reconhece a atenuante da confissão (art. 65, III, “d”, do CP) se o condenado assume a autoria alegando que agiu em legítima defesa e, por isso, não praticou o crime.
- c) O comportamento da vítima pode contribuir para o aumento da pena-base, segundo o STJ.
- d) Se o condenado for reincidente, é cabível a substituição da privação de liberdade por pena restritiva de direito, desde que a medida seja socialmente recomendável.
- e) O prejuízo causado à vítima justifica o aumento da pena-base, em razão das consequências do crime.

QUESTÃO 12

O CRIME DE PERSEGUIÇÃO (art. 147-A do CP):

- a) É material, exigindo a efetiva influência na esfera psíquica da vítima para se consumir.
- b) Não se configura se a vítima permanecer em contato com o autor ou reatar o relacionamento com ele.
- c) Não se configura, caso haja apenas um ato de perseguição praticado após a vigência da Lei nº 14.132/2021, mesmo que se registrem outros atos antes da entrada em vigor do novo diploma.
- d) Não admite tentativa.
- e) Não admite a continuidade típico-normativa com a contravenção de perturbação da tranquilidade (art. 65 da LCP), porque a *novatio legis* revogou expressamente o dispositivo do diploma contravençional.

QUESTÃO 13

Sobre CRIMES OMISSIVOS, é CORRETO concluir que:

- a) Se qualificado pelo resultado, não prescinde do nexos de causalidade entre a conduta e o evento para a responsabilização do agente.
- b) É suficiente para a sua configuração que o agente tenha o dever jurídico de agir e evitar o resultado.
- c) Comporta, próprio ou impróprio, a figura da participação.
- d) Não comporta tentativa, próprio ou impróprio.
- e) A análise da exigibilidade de conduta conforme o Direito é antecipada para o próprio tipo.

QUESTÃO 14

No que toca ao *ITER CRIMINIS*, pode-se ASSEVERAR que:

- a) Para o nosso Código Penal, há atos de execução, próprios da tentativa, assim que se inicia a realização do tipo.
- b) A culpa é incompatível com o *conatus* e, por isso, não há classe de crimes culposos a que a nossa legislação penal confira punibilidade à tentativa.
- c) Podem coexistir tentativa idônea, branca e perfeita.

- d) Tanto para quem considera a desistência voluntária e o arrependimento eficaz (art. 15 do CP) como causa de exclusão de tipicidade, quanto para quem os refuta causa de exclusão de punibilidade, a chamada tentativa abandonada não se comunica ao coautor ou partícipe que nada fez para evitar o resultado.
- e) Não pode haver tentativa de crime qualificado pelo resultado.

QUESTÃO 15

Com relação ao Direito Penal e Processual Militar, assinale a alternativa correta:

- a) A posse de substância entorpecente em local sujeito à administração militar admite a aplicação do princípio da insignificância, em determinadas situações.
- b) Compete à Auditoria Militar decidir sobre a perda do cargo público de oficiais e praças da Polícia Militar do Distrito Federal quando condenados pela prática de homicídio doloso.
- c) Altera-se a tipificação de crime militar para crime comum, quando policial militar que pratica crime é desligado da corporação antes de oferecida a denúncia.
- d) O civil que pratica crime em lugar sujeito à administração da Polícia Militar é julgado pela Auditoria Militar.
- e) A prática sexual, seja de pessoas do mesmo gênero ou de gêneros distintos realizada por bombeiro em lugar sujeito a administração militar é considerado crime militar.

QUESTÃO 16

Marque a alternativa correta, com relação aos crimes ambientais:

- a) A assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta com órgão ambiental impede a instauração de ação penal.
- b) O crime de vender lenha sem licença válida para todo o tempo de viagem ou do armazenamento, outorgada pela autoridade competente (art. 46, § único, da Lei 9.605/1998) é norma penal em branco, sendo obrigatório narrar na denúncia qual seria a licença exigida, bem como a

autoridade competente para a prática do ato administrativo.

- c) A responsabilidade penal da pessoa jurídica nos crimes ambientais está condicionada à simultânea persecução penal da pessoa física, em tese, responsável no âmbito da empresa.
- d) Não cabe a aplicação do princípio da insignificância no crime de pesca em local proibido (art. 34 da Lei 9.605/1998).
- e) O agente que destruir área de preservação permanente (art. 38 da Lei 9.605/1998) para construir edificação em solo não edificável (art. 64 da Lei 9.605/1998) responde por ambas as condutas, não sendo possível a aplicação do princípio da consunção.

QUESTÃO 17

Assinale a alternativa CORRETA, entre as seguintes assertivas relacionadas aos crimes relacionados à criança e ao adolescente:

- a) A conduta de produzir e a de filmar cena de sexo explícito envolvendo adolescente resulta em concurso material entre as condutas.
- b) Há automática consunção quando ocorrem armazenamento e compartilhamento de material pornográfico infantojuvenil.
- c) A superveniência da maioridade penal não interfere na apuração de ato infracional nem na aplicabilidade de medida socioeducativa em curso, enquanto não atingida a idade de 21 anos.
- d) A prática de crimes em concurso com dois adolescentes resulta na condenação de apenas um crime de corrupção de menores.
- e) A perda do cargo, mandato ou função, em crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente praticados por servidores públicos com abuso de autoridade poderá ser aplicada ainda que o servidor seja primário.

QUESTÃO 18

Acerca dos crimes de trânsito, marque a alternativa CORRETA:

- a) O arrependimento posterior é cabível em homicídio culposo na direção de veículo automotor, quando realizada composição civil entre o autor do crime e a família da vítima.
- b) A entrega da direção de veículo automotor a pessoa que não seja habilitada configura crime, desde que haja perigo de lesão ou de perigo de dano concreto na condução do veículo.
- c) O crime de violar a suspensão ou proibição de se obter a permissão ou habilitação para dirigir veículo automotor ocorre, inclusive, quando a limitação advém de restrição administrativa.
- d) A causa de aumento prevista no art. 302, § único, IV, do Código de Trânsito Nacional (Lei 9.503/1997), é aplicada ao motorista profissional, mesmo que no momento da colisão ele não esteja conduzindo nenhum passageiro dentro do veículo.
- e) Estende-se ao crime praticado em concurso formal com o homicídio culposo o perdão judicial a este aplicado.

QUESTÃO 19

Com relação aos aspectos penais da Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006), assinale a assertiva CORRETA:

- a) Configura a causa de aumento de pena de ter sido a infração realizada nas dependências ou imediações de estabelecimento prisionais, a conduta de indivíduo preso no sistema carcerário movimentar volume de entorpecentes e realizar negociações de tráfico por telefone, mesmo que nenhuma droga tenha entrado dentro do presídio.
- b) A reincidência para aplicação qualificada da posse para consumo pessoal de drogas não precisa ser específica.
- c) A venda de drogas a agente policial disfarçado, mesmo que presentes elementos probatórios razoáveis de conduta criminal preexistente, é considerada crime impossível.
- d) A conduta de exercer ilegalmente a medicina absorve o tráfico na modalidade prescrição de droga.

- e) Aplica-se a causa de aumento de pena do art. 40, III, da Lei nº 11.343/2006, quando o tráfico de drogas ocorre nas dependências ou nas imediações de igreja.

QUESTÃO 20

No que diz respeito à Lei nº 10.826/2003, Estatuto do Desarmamento, assinale a opção CORRETA:

- a) Não pratica crime policial civil que porta arma de fogo sem registro no órgão competente.
- b) A posse em residência de arma de fogo com registro vencido é conduta atípica.
- c) A posse ilegal de arma de fogo sem que haja munição na mesma localidade é conduta atípica.
- d) A previsão legal de que o porte ilegal de arma de fogo de uso restrito é crime hediondo foi declarada pelo Supremo Tribunal Federal como inconstitucional.
- e) O porte de granada de gás lacrimogêneo se enquadra no tipo penal do art. 16, §1º, III, que assemelha o porte ilegal de arma de uso restrito ao porte de artefato explosivo ou incendiário, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

QUESTÃO 21

Não se considera falta grave:

- a) A posse de chip de telefone celular.
- b) A recusa do preso em se submeter ao procedimento de identificação do perfil genético.
- c) A não observância do perímetro estabelecido para monitoramento de tornozeleira eletrônica.
- d) A recusa injustificada do apenado ao exercício de trabalho interno.
- e) A fuga do estabelecimento prisional.

QUESTÃO 22

Quanto aos aspectos processuais dos crimes relacionados à Lei nº 11.343/2006, marque a alternativa CORRETA:

- a) A competência para julgar o crime de tráfico internacional de droga, importada via Correio, é da Justiça Comum, do endereço do destinatário da droga.

- b) Não há nulidade na busca e apreensão efetuada por policiais, sem prévio mandado judicial, em apartamento inabitado, desde que haja fundada suspeita de que o imóvel é utilizado para a prática de tráfico de drogas.

- c) O *habeas corpus* preventivo que busca viabilizar, para fins medicinais, o cultivo ou uso da *Cannabis* (maconha) deve ser impetrado na Justiça Federal.

- d) O interrogatório, na instrução de processo relacionado à crime previsto na Lei nº 11.343/2006, deve ser realizado antes da oitiva das testemunhas.

- e) A intuição da autoridade policial derivada da fuga de local supostamente conhecido como ponto de venda de drogas, ante iminente abordagem policial, autoriza a invasão domiciliar, em razão da fundada suspeita.

QUESTÃO 23

Sobre medidas cautelares diversas da prisão, responda às seguintes questões:

- a) O recurso cabível do indeferimento de aplicação de medida cautelar diversa da prisão é a apelação.

- b) Os tribunais superiores vedam a aplicação da medida cautelar diversa da prisão na hipótese de crime de lavagem de dinheiro.

- c) O recolhimento domiciliar noturno cumulado com o uso de tornozeleira eletrônica como medidas cautelares diversas da prisão permitem a contagem do tempo pelo preso para fins de detração.

- d) Não configura constrangimento ilegal fiança arbitrada em razão da gravidade do delito, mesmo que o valor seja inviável pela capacidade econômica do indivíduo.

- e) É pacífico o entendimento de que é admitido o poder geral de cautela em matéria penal, podendo o juiz estabelecer medidas cautelares diversas da prisão não previstas na norma processual, em hipóteses extraordinárias.

QUESTÃO 24

Quanto à execução penal:

- a) O juiz da execução pode estabelecer condições pessoais para a concessão do

regime aberto, como, por exemplo, a aplicação de uma pena substitutiva.

- b) A oitiva do condenado pelo Juízo da Execução Penal, em audiência de justificação realizada na presença do defensor e do Ministério Público, afasta a necessidade de prévio Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD) para aplicação de falta grave.
- c) A prática de falta grave interrompe o prazo para obtenção do livramento condicional.
- d) A concessão de saídas temporárias é realizada pelo magistrado, podendo delegá-las ao administrador do presídio, que pode, inclusive, estabelecer um calendário anual para obtenção dos benefícios.
- e) O inadimplemento da sanção pecuniária obsta o reconhecimento da extinção da punibilidade quando da ocorrência de condenação concomitante à pena privativa de liberdade e de multa.

QUESTÃO 25

Com relação à Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2016), marque a assertiva CORRETA:

- a) O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios admite a mulher trans como vítima de violência doméstica.
- b) Para aplicação da Lei nº 11.340/2016 há a necessidade de coabitação entre autor e vítima.
- c) Não é possível a aplicação da Lei Maria da Penha nas relações entre mãe e filha, desde que esteja presente o estado de vulnerabilidade caracterizado por uma relação de poder e submissão.
- d) Não cabe a fixação de valor indenizatório a título de dano moral nos casos de violência doméstica contra a mulher.
- e) A mulher vítima de violência doméstica tem o direito da manutenção do vínculo trabalhista por até seis meses, devendo o Juiz do Trabalho apreciar a imposição da referida medida.

QUESTÃO 26

Em se tratando das prisões cautelares, assinale a opção CORRETA:

- a) Não se pode justificar a prisão preventiva para a garantia de ordem pública com fundamento em atos infracionais.
- b) O juiz pode declarar de ofício a prisão preventiva durante a ação penal, desde que estejam presentes os pressupostos e requisitos da decretação da medida.
- c) Não cabe a decretação de prisão preventiva quando da prática de contravenção penal no âmbito da violência doméstica.
- d) O juiz que decretou a prisão preventiva bem como todos os demais tribunais por onde o feito estiver em curso precisam revisar, a cada 90 dias, a necessidade de sua manutenção, mediante decisão fundamentada de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal.
- e) A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça unificou o entendimento de que o Juiz pode converter a prisão em flagrante em prisão preventiva de ofício, não havendo a obrigatoriedade do requerimento do Ministério Público ou da representação da autoridade policial.

QUESTÃO 27

Marque a alternativa CORRETA, com relação ao Tribunal do Júri:

- a) A decisão de pronúncia pode se basear, exclusivamente, em elementos informativos trazidos no inquérito policial, dada a sua precariedade em relação à sentença condenatória.
- b) O quesito absolutório (art. 483, III, do CPP) é de natureza obrigatória, podendo o Conselho de Sentença absolver o acusado por clemência, estando essa decisão protegida pela soberania dos veredictos, não cabendo revisão judicial por parte dos tribunais dessa decisão.
- c) A intimação do defensor constituído acerca da data da sessão de julgamento do Tribunal dispensa a intimação do acusado solto não encontrado.
- d) O não oferecimento de alegações finais pela defesa antes da pronúncia é caso de nulidade absoluta.
- e) Caso os jurados entendam que o acusado não praticou a conduta dolosa contra a vida, o julgamento retorna ao Juiz-

Presidente, em razão de cessar a atuação para julgar os crimes conexos no mesmo julgamento por parte dos jurados.

QUESTÃO 28

Considerando as afirmativas abaixo, é **CORRETO** afirmar que:

- a) A extinção da punibilidade, nos casos de transação penal em crimes ambientais de menor potencial ofensivo, dependerá de laudo de constatação de reparação do dano ambiental, enquanto que a realização da suspensão condicional do processo para os crimes ambientais dependerá da prévia composição do dano ambiental.
- b) A superveniência de sentença condenatória não esvai a alegação de inépcia da denúncia, pois, como o réu defende-se do fato nela descrito, sempre estará prejudicado o exercício do contraditório e da ampla defesa.
- c) A litispendência, pressuposto processual que deve ser analisado para fins de recebimento da denúncia, configura-se quando duas ou mais ações penais forem dirigidas contra o mesmo acusado, com a imputação da prática de condutas e qualificações jurídicas idênticas.
- d) A justa causa é exigência legal para o recebimento da denúncia, instauração e processamento da ação penal, consubstanciando-se pela somatória de três componentes essenciais, quais sejam, a tipicidade, a punibilidade e a viabilidade quanto à autoria.
- e) Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Pena), só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do oferecimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.

QUESTÃO 29

Considerando as afirmativas abaixo, é **incorreto** afirmar que:

- a) O rol de testemunhas deve ser apresentado pela defesa na resposta à acusação, sob pena de preclusão, nos termos do art. 396-

A do Código de Processo Penal. Contudo, poderá o magistrado ouvir outras testemunhas além daquelas indicadas pelas partes, desde que julgue necessário, conforme previsão estabelecida no art. 209 do Código de Processo Penal.

- b) Compete ao juiz criminal da jurisdição onde tenha sido decretada a falência, concedida a recuperação judicial ou homologado o plano de recuperação extrajudicial, conhecer da ação penal pelos crimes previstos relacionados a essas hipóteses.
- c) Tendo havido transação penal e sendo extinta a punibilidade, ante o cumprimento das cláusulas nela estabelecidas, é legítimo o ato judicial que decreta o confisco do bem que teria sido utilizado na prática delituosa.
- d) Não viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal a atração por continência ou conexão do processo do corréu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados.
- e) O princípio do juiz natural não resta violado na hipótese em que lei estadual atribui à Vara especializada competência territorial abrangente de todo o território da unidade federada com fundamento no art. 125 da Constituição Federal, porquanto o tema gravita em torno da organização judiciária, inexistindo afronta aos princípios da territorialidade e do juiz natural.

QUESTÃO 30

Considerando as afirmativas abaixo, é **CORRETO** afirmar que:

- a) Ao delegado de polícia, na qualidade de autoridade policial, cabe a condução da investigação criminal por meio de inquérito policial ou outro procedimento previsto em lei, que tem como objetivo a apuração das circunstâncias, da materialidade e da autoria das infrações penais.
- b) Se o Ministério Público julgar necessário maiores esclarecimentos e documentos complementares ou novos elementos de convicção, deverá requerê-los,

diretamente, de quaisquer autoridades ou funcionários que devam ou possam fornecê-los.

- c) As empresas de transporte possibilitarão, pelo prazo de três anos, acesso direto e permanente do juiz, do Ministério Público ou do delegado de polícia aos bancos de dados de reservas e registro de viagens.
- d) É direito do advogado examinar, em qualquer instituição responsável por conduzir investigação, mesmo sem procuração, autos de flagrante e de investigações de qualquer natureza, findos ou em andamento, ainda que conclusos à autoridade, podendo copiar peças e tomar apontamentos, em meio físico ou digital. Porém, a autoridade competente poderá delimitar o acesso do advogado aos elementos de prova relacionados a diligências em andamento e ainda não documentados nos autos, quando houver confirmado comprometimento da eficiência, da eficácia ou da finalidade das diligências.
- e) Todas as alternativas são falsas.

QUESTÃO 31

Considere as assertivas abaixo:

- I. O poder de polícia da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em caso de crime cometido nas suas dependências, compreende, consoante o regimento, a prisão em flagrante do acusado e a realização do inquérito.
- II. A destruição das drogas apreendidas sem a ocorrência de prisão em flagrante será feita por incineração, no prazo máximo de sessenta dias contados da data da apreensão, guardando-se amostra necessária à realização do laudo definitivo.
- III. Será facultativa a separação dos processos quando as infrações tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes, ou, quando, pelo excessivo número de acusados e para não lhes prolongar a prisão provisória, ou por outro motivo relevante, o Ministério Público, como responsável pelo ônus da prova

condenatória, reputar conveniente a separação.

A partir do que fora exposto, é possível dizer:

- a) As assertivas I, II e III estão corretas.
- b) Somente a assertiva I está correta.
- c) As assertivas I, II e III estão incorretas.
- d) Somente a assertiva II está correta.
- e) somente a assertiva III está correta.

QUESTÃO 32

Considere as assertivas abaixo, sobre a prova no processo penal:

- I. Indício é meio de prova, considerada a circunstância conhecida e provada, que, tendo relação com o fato, autorize, por indução, concluir a existência de outra ou outras circunstâncias, o que não se confunde com o conceito de indício exigido para o recebimento da denúncia.
- II. O informante terá direito à preservação de sua identidade, a qual apenas será revelada em caso de relevante interesse público ou interesse concreto para a apuração dos fatos.
- III. Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que esta não contrarie a moralidade ou a ordem pública, requisitos estes que dizem com a relevância da prova.

A partir do que fora exposto, é possível dizer:

- a) As assertivas I, II e III estão corretas.
- b) Somente a assertiva I e II estão corretas.
- c) As assertivas I, II e III estão incorretas.
- d) Somente as assertivas II e III estão corretas.
- e) Somente as assertivas I e III estão corretas.

QUESTÃO 33

Considere as assertivas abaixo, sobre a prova no processo penal:

- I. A Constituição Federal veda a interceptação telefônica ou telemática

sem autorização judicial, o que também compreende o acesso aos dados constantes da agenda telefônica em um celular apreendido. Em todas essas hipóteses, as referidas obtenções, sem autorização judicial, tornam a prova ilícita.

- II. Preclusa a decisão de desentranhamento da prova declarada inadmissível, esta será apartada dos autos, facultada às partes sua consulta.
- III. Os dados e elementos colhidos pelas agências de inteligência de segurança pública não podem ser utilizados pelo Ministério Público para fins de instauração de procedimento de investigação criminal para apurar graves crimes em contexto de organização criminosa, pois se confundiria com a presidência da investigação pelo próprio órgão de inteligência.

A partir do que fora exposto, é possível dizer:

- a) Somente as assertivas II e III estão corretas.
- b) Somente as assertivas I e II estão corretas.
- c) Somente as assertivas I e III estão corretas.
- d) As assertivas I, II e III estão corretas.
- e) As assertivas I, II e III estão incorretas.

QUESTÃO 34

Sobre a cadeia de custódia, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) Vestígio é todo objeto ou material bruto, visível ou latente, constatado ou recolhido, que se relaciona à infração penal.
- b) Isolamento é o ato de evitar que se altere o estado das coisas, devendo isolar e preservar o ambiente imediato, mediato e relacionado aos vestígios e local de crime.
- c) Coleta é o procedimento por meio do qual cada vestígio é embalado de forma individualizada, de acordo com suas características físicas, químicas e biológicas, para posterior análise, com anotação da data, hora e nome de quem realizou o ato.
- d) Armazenamento é o procedimento referente à guarda, em condições

adequadas, do material a ser processado, guardado para realização de contraperícia, descartado ou transportado, com vinculação ao número do laudo correspondente.

- e) Descarte é o procedimento referente à liberação do vestígio, respeitando a legislação vigente e, quando pertinente, mediante autorização judicial.

QUESTÃO 35

Sobre os recursos em processo penal, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) O recurso extraordinário e o recurso especial serão processados e julgados no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça na forma estabelecida por leis especiais e pela lei processual civil, que revogaram os regimentos internos das Cortes Superiores no tocante a ambos os recursos.
- b) Quando o acusado não tiver condições de nomear defensor, ser-lhe-á nomeado defensor público ou dativo, sendo que, em qualquer hipótese, haverá prazo em dobro para recorrer.
- c) Em nome dos princípios da unirrecorribilidade e da preclusão lógica, quando houver a interposição de dois recursos pela mesma parte contra a mesma decisão, será conhecido o recurso apresentado em segundo lugar.
- d) O recurso ordinário constitucional é interposto no tribunal recorrido, mas o exame de sua admissibilidade ocorrerá somente no tribunal que irá julgá-lo.
- e) Caberá reexame necessário quando da decisão de deferimento de reabilitação criminal, da denegação e da concessão de habeas corpus e da sentença que arquiva inquérito policial ou absolutória por crimes contra a economia popular ou saúde pública.

QUESTÃO 36

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Os embargos infringentes serão deduzidos em requerimento de que constem os pontos em que o acórdão é ambíguo, obscuro, contraditório ou omissivo.

- b) Citado o réu por edital, nos termos do art. 366 do CPP, o processo deve permanecer suspenso enquanto perdurar a não localização do réu ou até que sobrevenha o transcurso do prazo prescricional do delito.
- c) As citações que houverem de ser feitas em legações estrangeiras serão efetuadas mediante carta rogatória, com suspensão do prazo prescricional até o seu cumprimento.
- d) Em caso de inatividade processual decorrente de citação por edital, em qualquer hipótese, é constitucional limitar o período de suspensão do prazo prescricional ao tempo de prescrição da pena máxima em abstrato cominada ao crime, a despeito de o processo permanecer suspenso.
- e) O termo inicial da contagem do prazo para impugnar decisão judicial é, para o Ministério Público estadual, a data da entrega pessoal dos autos ao membro do Ministério Público na repartição administrativa do órgão, sendo irrelevante que a intimação pessoal tenha se dado em audiência, em cartório ou por mandado.

QUESTÃO 37

Sobre o acordo de não persecução penal, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) Recusada a homologação do acordo de não persecução penal, o juiz devolverá os autos ao Ministério Público para a análise da necessidade de complementação das investigações ou o oferecimento da denúncia.
- b) O acordo de não persecução penal será formalizado por escrito e será firmado pelo membro do Ministério Público, pelo investigado e por seu defensor.
- c) Cumprido integralmente o acordo de não persecução penal, o juízo competente decretará a extinção de punibilidade.
- d) O acordo de não persecução penal, conforme expressa previsão legal, não se aplica aos crimes praticados contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, se o investigado for reincidente, aos crimes hediondos, e se o agente foi beneficiado nos cinco anos anteriores ao

cometimento da infração, em acordo de não persecução penal, transação penal ou suspensão condicional do processo.

- e) Caberá recurso em sentido estrito da decisão que recusar homologação da proposta de acordo de não persecução penal.

QUESTÃO 38

Sobre as questões e processos incidentes, assinale a alternativa correta:

- a) As exceções de suspeição e de incompetência possuem natureza peremptória.
- b) O juiz que espontaneamente afirmar suspeição deverá fazê-lo por escrito, declarando o motivo legal, e remeterá imediatamente o processo ao Tribunal, intimadas as partes.
- c) Se for argüida a suspeição do órgão do Ministério Público, o juiz, depois de ouvido, decidirá, sem recurso, podendo antes admitir a produção de provas no prazo de três dias.
- d) As exceções serão processadas em autos apartados e suspenderão, em regra, o andamento da ação penal.
- e) A suspeição dos jurados deverá ser argüida por escrito, decidindo de plano o presidente do Tribunal do Júri, que a rejeitará se, negada pelo recusado, não for imediatamente comprovada, o que tudo constará da ata.

QUESTÃO 39

Assinale a alternativa **CORRETA** acerca do processo penal brasileiro:

- a) Caso se verifique que a doença mental sobreveio à infração, o processo continuará suspenso até que o acusado se restabeleça, salvo quanto às diligências que possam ser prejudicadas pelo adiamento.
- b) O incidente de falsidade documental suspende a tramitação do processo criminal.
- c) Se a decisão sobre a existência da infração depender da solução de controvérsia, que o juiz reputar séria e fundada, sobre questões tributárias, o curso da ação penal

ficará suspenso até que no juízo cível seja a controvérsia dirimida por sentença passada em julgado, sem prejuízo, entretanto, da inquirição das testemunhas e de outras provas de natureza urgente.

- d) Quando houver a necessidade de definição de questão prejudicial extrapenal facultativa, o juiz não necessita marcar o prazo da suspensão; mas, do despacho que denegar esta forma de suspensão, não caberá recurso.
- e) No que diz com o incidente de falsidade, a decisão nele lançada constituirá coisa julgada em prejuízo de ulterior processo penal ou civil.

QUESTÃO 40

Considere as assertivas abaixo:

- I. A renúncia ao exercício da ação penal privada consiste na abdicação do direito de sua propositura e depende de aceitação pela parte adversa.
- II. O princípio da indivisibilidade da ação penal privada não se aplica à ação penal pública incondicionada, pois nesta é permitido o aditamento ou até o posterior oferecimento de outra denúncia pelo Ministério Público.
- III. No processo e julgamento dos crimes contra a propriedade imaterial, no caso de haver o crime deixado vestígio, a queixa ou a denúncia não será recebida se não for instruída com o exame pericial dos objetos que constituam o corpo de delito.

A partir do que fora exposto, é possível dizer:

- a) As assertivas I, II e III estão corretas.
- b) As assertivas I e III estão corretas.
- c) As assertivas I, II e III estão incorretas.
- d) As assertivas I e II estão corretas.
- e) As assertivas II e III estão corretas.

GRUPO II: DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 41

Sobre o positivismo jurídico moderno é correto afirmar:

- I. Carrega forte influência de duas correntes historicamente antípodas, o jusracionalismo iluminista e o historicismo alemão.
- II. A tese juspositivista do *iussum quia iustum* (justo porque ordenado), tal como o imperativo categórico kantiano, invertem a relação da lei clássica entre forma e conteúdo. Assim, a forma, e não mais o conteúdo, passa a ser o critério determinante do jurídico e do moral.
- III. Os códigos herdaram sua força sistêmica do princípio da unidade normativa inspirado no historicismo alemão.

- a) Estão corretas I e II.
- b) Estão corretas II e III.
- c) Todas estão corretas.
- d) Apenas uma está correta.
- e) Todas são falsas.

QUESTÃO 42

Sobre as técnicas de aplicação do direito por interpretação e por integração da lei, reguladas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB):

- I. Quando a lei civil e a lei penal forem omissas, o juiz resolverá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais do direito.
- II. Ao regular a atividade integradora da lei, a LINDB admite proibições expressas e proibições implícitas no texto legal, estas últimas contidas nas lacunas da lei.
- III. As técnicas de integração da lei excepcionam o axioma ontológico do direito, segundo o qual tudo o que não está juridicamente proibido está juridicamente permitido.
- IV. O axioma ontológico do direito é um princípio de contenção do ativismo judicial, sendo a lacuna uma

incompletude insatisfatória da lei e não uma simples ausência de previsão normativa que possa ser superada pela vontade discricionária do juiz.

- a) Estão corretas I e II.
- b) Estão corretas II e III.
- c) Estão corretas II e IV.
- d) Estão corretas I e VI.
- e) Apenas uma está correta.

QUESTÃO 43

Quanto aos atributos da lei:

- I. A lei não é válida ou inválida em si, pois validade é um critério de pertinência. Trata-se de um atributo da lei que se manifesta em relação a uma determinada ordem jurídica vigente.
- II. Mesmo em flagrante antinomia com lei hierarquicamente superior o texto legal se mantém válido por presunção até ser declarado inválido em procedimento próprio.
- III. Uma lei inválida pode produzir eficácia legal e eficácia social interimísticas.
- IV. Eficácia legal é a efetiva aplicação da lei aos fatos que ela regula. Pode se dar de forma espontânea ou coativa.

- a) Estão corretas I e II.
- b) Estão corretas II e III.
- c) Estão corretas I e IV.
- d) Estão corretas III e IV.
- e) Apenas uma está correta.

QUESTÃO 44

Segundo a teoria da personalidade adotada pelo Código Civil:

- I. Personalidade e capacidade jurídica estabelecem entre si uma relação de conteúdo e continente, pois a capacidade jurídica é a extensão da personalidade.
- II. A capacidade de fato é um elemento central e constitutivo do conceito de personalidade.

III. A capacidade de fato não diz respeito a estrutura da personalidade, apenas regula a forma do cometimento das manifestações de vontade negociais e não negociais.

IV. O patrimônio compõe a própria pessoa, de modo que a responsabilidade civil, embora recaia sobre o patrimônio, é pessoal, ou seja, o devedor inadimplente responde com sua própria pessoa.

- a) Estão corretas I, II e III.
- b) Estão corretas II, III e IV.
- c) Estão corretas I, II e IV.
- d) Estão corretas I, III e IV.
- e) Todas estão corretas.

QUESTÃO 45

Do ponto de vista do Código Civil, a compra e venda de substância entorpecente realizada por um traficante:

- I. É negócio jurídico existente, inválido e ineficaz.
- II. Inexiste como contrato, pois se trata de crime de tráfico de entorpecente.
- III. É ato jurídico de natureza contratual ilícito, portanto inexistente e ineficaz no plano privado.
- IV. É um negócio jurídico ilícito e, portanto, inválido.

- a) Está correta a I.
- b) Está correta a II.
- c) Está correta a III.
- d) Está correta a IV.
- e) Todas estão incorretas.

QUESTÃO 46

De acordo com a legislação constitucional e infraconstitucional vigentes, podemos afirmar:

- I. Nas ações de divórcio, em que há situação recente de violência doméstica declarada em Vara especializada, o Ministério Público somente intervirá quando houver interesse de incapaz envolvido.
- II. Em discussão de guarda de filho menor, o cônjuge considerado culpado no processo de divórcio poderá sofrer

restrições em sua pretensão de guarda compartilhada.

III. O companheiro é parente por afinidade em terceiro grau do sobrinho de sua companheira.

IV. Não é possível a coexistência simultânea de um pai biológico e um pai socioafetivo no assento de nascimento de uma pessoa, pela proibição legal da multiparentalidade.

V. Quando ambos os genitores do alimentando estiverem vivos, não será possível a fixação de alimentos avoengos.

- a) Estão corretas I, IV e V.
- b) Estão corretas II, IV e V.
- c) Estão corretas II, IV e V.
- d) Apenas uma está correta.
- e) Todas são falsas.

QUESTÃO 47

De acordo com a legislação constitucional e infraconstitucional vigentes, podemos afirmar:

- I. No sistema constitucional vigente, é inconstitucional a diferenciação de regime sucessório entre cônjuges e companheiros devendo ser aplicado em ambos os casos o regime estabelecido no artigo 1.829 do Código Civil;
- II. Os avós paternos de *de cujus* herdarão por direito de representação, quando no momento da abertura da sucessão o pai do falecido for pré-morto;
- III. Quando o testador instituir vários legatários para diferentes bens, se um deles não quiser ou não puder receber o legado, os demais receberão pelo direito de acrescer;
- IV. A deserdação somente se aplica aos herdeiros necessários;
- V. Denomina-se de bem ereptício aquele que é retirado do indigno, devendo ser devolvido à pessoa que o recebe como se o indigno nunca tivesse sido herdeiro.

- a) Estão corretas I, IV e V.
- b) Estão corretas II, IV e V.
- c) Estão corretas II, IV e V.
- d) Apenas uma está incorreta.
- e) Todas são falsas.

QUESTÃO 48

Quanto à tutela do direito da Criança e do Adolescente:

- I. O Juízo da Infância e da Juventude não tem competência para conhecer da ação de destituição do poder familiar promovida por mãe em virtude de abuso praticado pelo pai da criança.
- II. O Juízo da Infância e da Juventude tem competência exclusiva para conhecer pedidos de adoção, guarda e tutela de menores em situação de abandono.
- III. O Juízo da Infância e da Juventude não tem competência para conhecer da ação de alimentos em favor de criança ou adolescente, mesmo que esteja com direito violado por omissão dos pais ou responsável.
- IV. O Juízo da Infância e da Juventude tem competência para conhecer de ação que vise condenar a União, o Estado ou o Município a fornecer ação ou serviço de saúde a criança ou adolescente.

- a) Estão corretas I, II.
- b) Estão corretas III e IV.
- c) Estão corretas I e IV.
- d) Apenas uma está correta.
- e) Todas estão falsas.

QUESTÃO 49

Em relação à teoria dualista das obrigações adotada pelo Código Civil brasileiro, é **correto** afirmar que:

- I. A responsabilidade civil contratual decorre de ato ilícito relativo e está regulada na Parte Geral do Código Civil.
- II. A responsabilidade civil contratual e aquiliana são espécies de obrigação em sentido estrito, de modo que prescrevem se não pleiteadas em tempo hábil.
- III. A responsabilidade civil contratual compõe o dualismo das obrigações pois é garantia do débito.
- IV. A tutela do débito é específica e a da responsabilidade é substitutiva. Elas não podem ser pleiteadas cumulativamente pois caracterizaria enriquecimento ilícito.

- a) Estão corretas I, II e III.
- b) Estão corretas II, III e IV.
- c) Estão corretas I, II e IV.
- d) Estão corretas I, III e IV.
- e) Todas estão corretas.

QUESTÃO 50

Acerca da defesa dos direitos do consumidor, é **correto** afirmar que:

- I. Os serviços de disponibilização de crédito (empréstimos pessoais, crédito direto ao consumidor e outros) operados pelas cooperativas não são tutelados pelo Código de Proteção e Defesa do Consumidor, uma vez que não são consideradas instituições financeiras.
- II. Não se aplica o prazo prescricional do art. 27 do Código de Proteção e Defesa do Consumidor às ações de repetição de indébito por descontos indevidos decorrentes de defeito na prestação de serviços bancários.
- III. As normas protetivas inseridas na Lei nº 8.078/1990 aplicam-se aos contratos firmados no âmbito do Programa de Financiamento Estudantil – FIES, uma vez que a operação envolve serviço bancário.
- IV. A cláusula contratual que restringe a responsabilidade civil de instituição financeira pelos danos decorrentes de roubo, furto ou extravio de bem entregue como garantia de contrato de penhor é abusiva e, portanto, nula de pleno direito.
- V. O Código de Proteção e Defesa do Consumidor é aplicável aos contratos de plano de saúde administrados por entidades de autogestão.

- a) Estão corretas I, IV.
- b) Estão corretas II, IV.
- c) Estão corretas III e V.
- d) Estão corretas I e V.
- e) Apenas uma está correta.

QUESTÃO 51

O contrato de compra e venda:

- I. irradia como eficácia jurídica o direito de propriedade titularizado pelo comprador.
- II. de uma motocicleta tem por objeto da obrigação a prestação consistente em fazer tradição.
- III. sem o preço definido ou definível é nulo de pleno direito.
- IV. embora inválido pode ser eficaz, irradiando créditos e débitos interimísticos.
- V. é válido entre cônjuges em se tratando de bem excluído da comunhão.

- a) Estão corretas I, III e V.
- b) Estão corretas II, III e V.
- c) Estão corretas II e IV.
- d) Apenas uma está correta.
- e) Todas são falsas.

QUESTÃO 52

O direito subjetivo:

- I. prestacional é relativo, pessoal, violável e o seu exercício submete-se a prazo prescricional.
- II. potestativo é relativo, pessoal, inviolável, seu exercício submete-se a prazo decadencial e é tutelado por ação constitutiva.
- III. dominial é absoluto e real, violável, dotado de pretensão e o seu exercício submete-se a prazo decadencial.
- IV. potestativo não é pessoal nem real, pois trata-se de um poder sobre uma relação jurídica e não sobre uma coisa ou uma pessoa.
- V. obrigacional é relativo, pessoal, dotado de pretensão, violável, pois violar o direito é resistir ao exercício da pretensão, sua violação gera lide e é tutelado por ação condenatória.

- a) Estão corretas I, II e V.
- b) Estão corretas II, III e V.
- c) Estão corretas I, IV e V.
- d) Estão corretas II, IV e V.
- e) Apenas uma está incorreta.

QUESTÃO 53

Os atos jurídicos lícitos consistentes em manifestações de vontade negociais e não negociais:

- I. não são os únicos atos jurídicos de direito civil passíveis de serem cometidos por representação.
- II. para serem válidos precisam ser cometidos sem vícios que afetem a liberdade ou a consciência da manifestação.
- III. inválidos não irradiam direitos e deveres.
- IV. não dispõem de ferramentas de controle do plano da eficácia.
- V. não podem ser cometidos pessoalmente por hipossuficiente.

- a) Estão corretas I, III.
- b) Estão corretas II, IV e V.
- c) Estão corretas III e IV.
- d) Estão corretas I, II e V.
- e) Apenas uma está correta.

QUESTÃO 54

Assinale a alternativa **correta**:

- a) A conexão de internet no sistema legal em vigor pressupõe a não suspensão do acesso de forma ampla, inclusive nos casos de inadimplemento pelo seu uso pelos consumidores, dado o Direito do Consumidor estar previsto como Direito e Garantia individual.
- b) Na provisão de conexão à internet, onerosa ou gratuita, bem como na transmissão, comutação ou roteamento, é permitido ao responsável pela transmissão, comutação ou roteamento de bloquear, monitorar, filtrar ou analisar o conteúdo dos pacotes de dados, desde que informado ao consumidor de forma prévia e clara no contrato.
- c) Na interpretação da Lei 12.965/2014 – Lei do Marco Civil, o juiz, ao analisar um caso concreto, deve levar em conta, além dos fundamentos, princípios e objetivos previstos na legislação citada, a natureza da internet, seus usos e costumes particulares e sua importância para a

promoção do desenvolvimento humano, econômico, social e cultural.

- d) O consumidor poderá ter na provisão de conexão, onerosa ou gratuita, ter guardado os registros de acesso a aplicações de internet.
- e) O Delegado de Polícia, para fazer uso em investigação decorrente de inquérito policial, pode determinar de forma cautelar que os registros de conexão sejam guardados pelo prazo máximo de um ano junto ao administrador de sistema autônomo respectivo.

QUESTÃO 55

Entre outras disposições legais, a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, a Lei nº 13.709/2018, é a legislação brasileira que regula as atividades de tratamento de dados pessoais e que também altera os arts. 7º e 16 do Marco Civil da Internet. Assim, assinale a alternativa **correta**:

- a) O chamado incidente de segurança deve ser comunicado à autoridade nacional de dados naqueles casos em que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares, em prazo razoável, com a recomendação atual de dois dias úteis, contado da data do conhecimento do incidente, enquanto não sobrevier outra regulação.
- b) A LGPD fixou como prazo legal de comunicação à autoridade nacional de dados naqueles casos em que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares o prazo de dois dias úteis a partir do conhecimento do vazamento dos dados.
- c) A LGPD fixou como prazo legal de comunicação à autoridade nacional de dados naqueles casos em que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares o prazo de dois dias úteis a partir da ocorrência do vazamento dos dados, tornando obrigação do gestor dos dados a realização de auditorias permanentes para detectar falhas na segurança.
- d) A LGPD fixou como obrigação do gestor do banco de dados o de comunicação à autoridade nacional de dados somente naqueles casos em que possa acarretar

dano relevante aos titulares, tendo fixado um prazo legal de cinco dias úteis.

- e) A LGPD fixou como obrigação do gestor do banco de dados o de comunicação à autoridade nacional de dados somente naqueles casos em que possa acarretar dano relevante aos titulares, tendo fixado um prazo legal de sete dias úteis.

QUESTÃO 56

Marque a alternativa correta:

Consoante a Lei do Marco Civil da Internet:

- a) O Promotor de Justiça requisita diretamente de empresa provedora de aplicações os dados pessoais de determinado usuário, a fim de identificar o registro de acesso a aplicações de internet.
- b) O Promotor de Justiça para obter o registro de acesso à aplicações de internet deve buscar ordem judicial específica para obrigar a empresa a fornecer os dados necessários à utilização em eventual ação civil pública.
- c) O Promotor de Justiça ao requisitar as informações do registro de acesso a aplicações de internet junto ao respectivo provedor de aplicações deverá fixar o prazo para cumprimento em prazo não inferior a 10 (dez) dias úteis, mas a recusa, o retardamento ou a omissão daquela empresa configura crime pela Lei da Ação Civil Pública.
- d) A recusa da empresa provedora de aplicações acerca da requisição direta pelo Promotor de Justiça enseja a aplicação de multa civil, a ser aferida em Ação Civil Pública e destinada ao Fundo Constitucional.
- e) Ao notificar diretamente a empresa provedora de aplicações para o fornecimento dos dados pessoais e da remoção de conteúdo infringente, o Promotor de Justiça deve apontar de forma precisa os motivos fáticos e de direito, com a indicação da URL (abreviação de *Uniform Resource Locator* ou Localizador Uniforme de Recursos) específica.

QUESTÃO 57

Considere o caso específico: A Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor do MPDFT tomou conhecimento, de ofício, da existência de cláusulas abusivas em contrato de prestação de serviços educacionais em um importante Colégio de Ensino Médio de Brasília, cláusulas que estão em desconformidade com o Código de Defesa do Consumidor e da Lei que rege o assunto. Diante disso, o Promotor de Justiça, no uso de suas atribuições, instaurou investigação para apurar o fato e no curso das apurações, após audiência pública, não obteve a adesão de vinte por cento dos pais de alunos insatisfeitos com as referidas cláusulas contrárias ao Código de Defesa do Consumidor.

Assim, escolha a alternativa **correta**:

- a) O Promotor de Justiça deverá arquivar o procedimento de investigação, pois sem um número compatível de reclamações não há interesse processual a ser perseguido em eventual ação civil pública.
- b) A legitimidade do Ministério Público à investigação e eventual ação civil pública resta conferida nos contratos educacionais somente nas situações em que há ilegalidade nos reajustes de mensalidades escolares.
- c) O percentual de apoio de no mínimo vinte por cento de pais de alunos à propositura das ações previstas no Código de Defesa do Consumidor não se aplica ao Ministério Público.
- d) O Promotor de Justiça somente poderia formalizar Termo de Ajuste de Conduta para adequação das cláusulas abusivas com a instituição de ensino nas situações em há reclamação e autorização de pelo menos vinte por cento de pais de alunos.
- e) O Promotor de Justiça sem um número compatível de reclamações não está autorizado a iniciar investigação em face de cláusulas abusivas nos contratos de prestação de serviços educacionais.

QUESTÃO 58

Considere a hipótese descrita abaixo e assinale a alternativa **correta**:

As provas específicas à obtenção do registro como Advogado nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil compõem uma prova objetiva e uma prova subjetiva. Algumas das provas são formuladas pela Fundação Getúlio Vargas. Na hipótese de a correção da prova subjetiva, de natureza discursiva – provas prático-profissionais – atingir as provas de uma Subseção da OAB e tornar aprovados alguns candidatos e eliminar outros, decorrente de erro da análise do espelho de gabarito, o Ministério Público:

- a) O Ministério Público Federal possui legitimidade e interesse para pleitear uma nova correção e divulgação de todas as provas prático profissionais, pois a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça está sedimentando-se em favor da legitimidade do MP para promover Ação Civil Pública visando à defesa de direitos individuais homogêneos, ainda que disponíveis e divisíveis, quando há relevância social objetiva do bem jurídico tutelado.
- b) Não possui legitimidade e interesse para pleitear uma nova correção e divulgação de todas as provas prático profissionais, pois a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça está sedimentando-se em desfavor da legitimidade do MP para promover Ação Civil Pública visando à defesa de direitos individuais homogêneos, por serem bens disponíveis e divisíveis.
- c) O Ministério Público Estadual ou o MPDFT possuem atribuição para obter provimento judicial com o objetivo de uma nova correção e divulgação de todas as provas prático profissionais em uma situação como a descrita no problema, conforme o caso, pois a Fundação encarregada das provas e correções é de natureza privada e não é afeta à Justiça Federal.
- d) O Ministério Público Federal ou dos Estados não poderá imiscuir-se em atividade privativa da Ordem dos Advogados do Brasil, dado que pelo enunciado os direitos supostamente violados são de natureza individual, homogêneos e disponíveis, ou seja, a titularidade para acionar o judiciário é da

alçada privativa de cada um que for lesado.

- e) Não poderia abrir sequer procedimento de investigação, uma vez que o Ministério Público seria parte ilegítima para tutelar interesse disponível de um determinado grupo de indivíduos.

QUESTÃO 59

Assinale a alternativa **correta**:

O Ministério Público possui previsão na Constituição Federal e as funções institucionais estão previstas no art. 129 da CF. Deste modo pode ser afirmado o seguinte:

- a) O Ministério Público pode exercer, de modo suplementar aos advogados da fazenda pública, a defesa jurídica de entidades públicas, quando o advogado público for omissivo ou desidioso no cumprimento de suas obrigações.
- b) Não diz respeito ao direito processual civil do Ministério Público a função de instauração do inquérito civil público, dado que pode servir, para além do próprio Termo de Ajuste de Conduta, a de suporte probatório para eventual ação penal, se dos elementos ali colhidos restarem elementos mínimos suficientes para uma denúncia criminal.
- c) Configura, entre outras, a função institucional de direito processual civil a função de zelar pelos serviços de relevância pública.
- d) É função processual do Ministério Público que atua junto ao Tribunal de Contas, o de promover a ação civil pública para reforma de acórdão manifestamente ilegal daquele Tribunal, em razão de interesse público evidenciado pela natureza da lide.
- e) Não é função de natureza processual civil ao Ministério Público o ajuizamento de ação para o fornecimento de remédio de alto custo para uma pessoa necessitada, eis que a defensoria pública é a encarregada constitucionalmente de tal medida processual.

QUESTÃO 60

Considere o enunciado abaixo e assinale a alternativa **correta**:

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT, por meio de sua Promotoria de Justiça de defesa do consumidor instaurou Inquérito Civil Público para apurar eventual prestação de serviço viciado na qualidade e na quantidade entregue aos consumidores de uma importante empresa de telecomunicações. Segundo restou apurado nos autos do Inquérito Civil Público, a referida empresa de telecomunicações não entregou os serviços na qualidade e na quantidade daquilo que fora prometido contratualmente e por meio de anúncios publicitários. No curso das investigações, o MPDFT requisitou à Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL - a fiscalização daquela empresa de telecomunicações, a fim de ser demonstrada por perícia apropriada pelos técnicos da agência reguladora quanto a ocorrência dos alegados vícios, o que foi devidamente comprovado pelo setor de fiscalização. Além daquilo que fora requisitado pelo MPDFT, os técnicos da agência reguladora constataram que a empresa não cumpriu com as metas dos padrões mínimos de qualidade decorrente do processo de concessão. No âmbito de suas atribuições (competências), a ANATEL instaurou o procedimento administrativo e autuou a empresa de telecomunicações pelo descumprimento, decisão administrativa que foi cumprida pela empresa. Prosseguindo com o inquérito civil público, o MPDFT convocou a empresa de telecomunicações em audiência e formulou proposta de ajuste de conduta visando ao ressarcimento dos prejuízos causados aos seus consumidores e para composição de eventual dano moral coletivo. Na audiência, a empresa de telecomunicações afirmou que não aceitaria a proposta do MPDFT, pois já fora punida no procedimento da ANATEL e efetuado o pagamento da multa administrativa, pois é da agência reguladora o poder dever de punir ou não as empresas que descumprem com as metas de qualidade. Diante do exposto:

- a) O MPDFT deverá elaborar um relatório circunstanciado do que foi apurado no âmbito do Inquérito Civil Público e declinar de suas atribuições ao Ministério

Público Federal, a fim de que este adote as medidas cabíveis.

- b) O MPDFT deverá ajuizar ação civil pública em desfavor da companhia de telecomunicações e informar ao Ministério Público Federal da medida, pois há hipótese de litisconsórcio ativo e obrigatório entre os respectivos ramos da carreira ministerial.
- c) Diante da recusa da empresa de telecomunicações em firmar Termo de Ajuste de Conduta e pela alegação da defesa técnica, o MPDFT no caso descrito deverá ajuizar uma ação civil pública na Justiça Federal, por existir notório interesse da ANATEL ao ter fiscalizado a conduta empresarial por requisição do Ministério Público.
- d) Diante da recusa da empresa de telecomunicações em firmar Termo de Ajuste de Conduta e pela alegação da defesa técnica, o MPDFT deverá propor uma ação civil pública no âmbito da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, pois um dos objetos da ação civil é a proteção da relação de consumo existente entre os usuários e a empresa de telefonia e não às normas editadas pela autarquia federal (ANATEL) em demanda cujo resultado não vai interferir na sua esfera jurídica.
- e) É o típico caso de direito individual homogêneo, de natureza patrimonial e disponível, com legitimidade exclusiva do consumidor que for lesado na busca de ressarcimento pelos danos sofridos.

QUESTÃO 61

Em relação a assuntos da ação rescisória, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) Quando o Ministério Público for o autor da ação rescisória, o órgão está dispensando de depositar a importância prevista na lei processual para pleitear *iudicium rescindens* e *iudicium rescisorium*.
- b) Proposta a ação rescisória e determinada a citação, configuram condições que impedem o cumprimento da decisão rescindenda, por expressa disposição legal do atual Código de Processo Civil.

- c) É hipótese legal que uma vez reconhecida a incompetência do tribunal para julgar a ação rescisória, o autor será intimado para emendar a petição inicial, a fim de adequar o objeto da ação rescisória, quando a decisão que for apontada como rescindenda tiver sido substituída por decisão posterior.
- d) Na petição inicial, é obrigação do autor o de cumular ao pedido de rescisão com o de novo julgamento do processo, se for o caso.
- e) A obrigação de depositar a importância prevista em percentual e devidamente calculada não poderá ser superior a 1.000 (mil) salários-mínimos.

QUESTÃO 62

Assinale a alternativa **errada**:

Na *Actio ad exhibendum*:

- a) O prazo para responder aos termos, quando for o caso de terceiro estiver na posse do documento, será de 15 dias, de acordo com o Código de Processo Civil de 2015.
- b) Quando for o caso de terceiro negar estar na posse da coisa, mas os elementos de prova até então colhidos no processo principal indiquem o contrário, não haverá a designação de audiência especial e desde logo o juiz proferirá decisão.
- c) A decisão que for proferida na referida ação pode ser objeto de Agravo de Instrumento.
- d) Se o terceiro, sem justo motivo, se recusar a efetuar a exibição, o juiz ordenar-lhe-á que proceda ao respectivo depósito em cartório ou em outro lugar designado, no prazo de 5 (cinco) dias, impondo ao requerente que o ressarça pelas despesas que tiver.
- e) Uma hipótese legal de recusa de exhibir o documento diz respeito àquelas situações em que a publicidade redundar em desonra aos parentes consanguíneos.

QUESTÃO 63

Atente para os enunciados abaixo e assinale a alternativa **correta**:

- a) Juiz peitado é aquele que no processo civil tenha proferido decisão de mérito mediante o não recolhimento das custas devidas, apesar de não sido concedida a gratuidade de justiça.
- b) Juiz peitado é aquele que funcionou no processo anteriormente como membro do Ministério Público, fato que configura impedimento.
- c) Configura causa de impedimento do juiz o fato de possuir interesse no julgamento do processo em favor de qualquer uma das partes, apesar de possuir trabalho doutrinário prévio no mesmo sentido.
- d) A alegação de suspeição será ilegítima se a parte que a alega houver praticado ato que signifique manifesta aceitação do arguido.
- e) O Promotor de Justiça que investigou o fato em inquérito civil público e ofereceu a inicial da Ação Civil Pública não poderá alegar a suspeição do juiz.

QUESTÃO 64

Marque a alternativa **incorreta**:

- a) Não se fará a citação de noivos nos três primeiros dias seguintes ao casamento.
- b) Não se fará a citação de doente, enquanto grave o seu estado.
- c) Não se fará a citação do viúvo ou da viúva, nos sete dias seguintes ao falecimento do *de cuius*.
- d) A citação *ad domum* é válida.
- e) A citação por hora certa não pode ser efetivada na pessoa de vizinho intimado anteriormente que esteja ausente no dia e horário indicado pelo Oficial de Justiça.

QUESTÃO 65

Considere as opções e marque a única alternativa **correta**.

- I. Quando o juiz indeferir a petição inicial por inépcia e antes da citação, o escrivão ou o chefe de secretaria não precisa comunicar ao réu o resultado do processo.
- II. Transitada em julgado a sentença de mérito proferida em favor do réu antes da citação, não há necessidade pelo

Código de Processo Civil de 2015 de comunicação do *decisum* ao réu.

- III. Antes da citação, o juiz profere *decisum*, de ofício, na qual entendeu pela ocorrência da prescrição, hipótese em que o autor deixa transcorrer o prazo recursal *in albis* e a lei processual civil determina nessa situação que o escrivão ou o chefe de secretaria deve comunicar ao réu o resultado do julgamento.

- a) As alternativas I e III são verdadeiras e a alternativa II é falsa.
- b) As alternativas I e II são verdadeiras e a alternativa III é falsa.
- c) As alternativas II e III são verdadeiras.
- d) Somente a alternativa II é verdadeira.
- e) Todas as alternativas são falsas.

QUESTÃO 66

Marque a alternativa **correta**:

Quanto ao ato atentatório à dignidade da justiça:

- a) Uma das hipóteses legais é a de inovação ilegal no estado de fato de bem e pode ensejar a aplicação de multa em favor da União ou do Estado em até 20% (vinte por cento) do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta.
- b) Uma das hipóteses legais é a de inovação ilegal no estado de fato de bem e pode ensejar a aplicação de multa em favor da parte prejudicada em 10% (dez por cento) do valor da causa.
- c) A multa aplicada por ato atentatório à dignidade da justiça será revertida em favor da parte contrária no processo civil e limitada ao percentual de 20% (vinte por cento) do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta.
- d) Resta configurada quando os fatos não são expostos em juízo de acordo com a verdade real e enseja a aplicação de multa em até 10% (dez por cento) do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta e sempre será revertida em favor da União.
- e) Quando o ato atentatório à dignidade da justiça for praticado pelo Membro do

Ministério Público ou pelo Defensor Público, a multa será fixada em razão do subsídio mensal, limitado ao máximo de 10 (dez) vezes o valor do salário mínimo.

QUESTÃO 67

Julgue os itens a seguir:

- I. O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios é o único ramo do Ministério Público brasileiro com atribuições para propor Ação Civil Pública relativa a direito do consumidor, quando os danos forem de âmbito nacional, em razão de estar sediado na capital da República.
- II. Quando os danos forem de âmbito nacional, a competência para julgar a causa é exclusiva da justiça federal, *ex vi* de recente decisão do Supremo Tribunal Federal.
- III. Na Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público, a sentença civil fará coisa julgada *erga omnes*, nos limites da competência territorial do órgão prolator, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.
- IV. Nas causas em que o dano causado aos consumidores atingir mais de um Estado, a Ação Civil Pública poderá ser ajuizada em qualquer uma capital, desde que seja em alguma em que esteja situada na região atingida.

Assim, escolha a alternativa **correta**:

- a) O item I é o único correto.
- b) O item II é o único correto.
- c) O item III é o único correto.
- d) O item IV é o único correto.
- e) Os itens II e III estão corretos e os demais errados.

QUESTÃO 68

Marque a alternativa **correta**.

Quanto à força probatória de documentos:

- a) O documento feito por oficial público incompetente é nulo de pleno direito, razão pela qual não pode ser usado como prova no processo civil.
- b) O documento feito por oficial público incompetente, mas observadas as formalidades legais, devidamente subscrito pelas partes, tem a eficácia probatória de documento público.
- c) As declarações constantes de documento particular escrito e assinado gera a presunção de veracidade em relação ao signatário.
- d) Não se admite em juízo o documento particular assinado, mas sem o reconhecimento de firma por semelhança ou verdadeiro.
- e) O documento particular que contiver ciência de determinado fato prova o fato em si, desde que seja assinado perante Tabelião.

QUESTÃO 69

Marque a alternativa **errada**:

- a) Serão devidos honorários advocatícios quando o advogado atuar em causa própria.
- b) Entre as despesas processuais consideradas pelo Código de Processo Civil, a lei prevê a possibilidade de pagamento da diária de testemunha.
- c) Quando o Ministério Público for o vencedor em Ação Civil Pública, a parte vencida não será condenada em honorários advocatícios.
- d) Quando o brasileiro for o autor de ação de execução fundada em título extrajudicial e residir no exterior, deverá cumprir com a *cautio Judicatum*.
- e) O juiz pode condenar o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa.

QUESTÃO 70

Julgue os itens a seguir e assinale a alternativa **correta**.

- I. Naquelas hipóteses em que o ato tiver de ser praticado diretamente por

quem, de qualquer forma, participe do processo, sem a intermediação de representante judicial, o dia do começo do prazo para cumprimento da determinação judicial corresponde ao dia útil posterior à data em que se der a comunicação.

- II. No campo das nulidades, não será decretada na hipótese de não tiver transcendência acerca das garantias de defesa da parte, em juízo.
- III. Nas ações fundada em dano moral, o valor da causa deverá ser correspondente ao valor pretendido.

- a) As alternativas I e II estão erradas e a alternativa III está correta.
- b) A alternativa I está errada e as alternativas II e III estão corretas.
- c) A alternativa I está correta, a alternativa II está errada e a alternativa III está correta.
- d) Todas as alternativas estão corretas.
- e) Apenas a alternativa III está errada.

GRUPO III: DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 71

Responda à questão considerando as assertivas abaixo:

- I. Poderá ocorrer modulação da decisão em Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, desde que seja por razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social e caso a decisão seja por maioria absoluta dos ministros do Supremo Tribunal Federal.
- II. Uma lei distrital que disponha sobre propaganda comercial será constitucional, já que se trata de matéria inserida na Constituição Federal no âmbito da competência legislativa concorrente.
- III. No processo administrativo disciplinar, a falta de defesa técnica por advogado ofende a Constituição.

- a) Se a assertiva I for correta.
- b) Se a assertiva II for correta.
- c) Se a assertiva III for correta.
- d) Se nenhuma das assertivas for correta.
- e) Se todas as assertivas forem corretas.

QUESTÃO 72

Responda à questão considerando as assertivas abaixo:

- I. Compete privativamente à União legislar sobre vencimentos dos membros das polícias civil e militar do Distrito Federal.
- II. Nos termos da Constituição Federal em vigor, o Brasil rege-se nas suas relações internacionais por diversos princípios, dentre eles o da não intervenção em assuntos internos de outras nações soberanas e o da solução pacífica dos conflitos.
- III. Ofende o princípio da livre concorrência a lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.

- a) Se a assertiva I for correta.
- b) Se a assertiva II for correta.
- c) Se a assertiva III for correta.
- d) Se nenhuma das assertivas for correta.
- e) Se todas as assertivas forem corretas.

QUESTÃO 73

Responda à questão considerando as assertivas abaixo:

- I. É proibido todo e qualquer trabalho infantil, mas permitido o trabalho de adolescentes a partir dos dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, desde os doze anos de idade.
- II. O plano nacional de juventude, com periodicidade quinquenal, deverá ser estabelecido por lei, para a articulação das várias esferas do poder público, visando a execução das políticas públicas destinadas aos jovens.
- III. É vedada a remoção de grupos indígenas de suas terras, salvo, *ad referendum* do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

- a) Se a assertiva I for correta.
- b) Se a assertiva II for correta.
- c) Se a assertiva III for correta.
- d) Se nenhuma das assertivas for correta.
- e) Se todas as assertivas forem corretas.

QUESTÃO 74

Responda à questão considerando as assertivas abaixo:

- I. Compete privativamente à União legislar sobre direito processual, custas dos serviços forenses, trânsito e transporte.
- II. As regras da Emenda Constitucional n. 103, de 2019, que alterou o sistema de previdência social e estabeleceu

regras de transição e disposições transitórias, aplicam-se às aposentadorias dos servidores públicos federais, estaduais, distritais e municipais, a partir de sua entrada em vigor, podendo, entretanto, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverem alterações em suas legislações, de molde a criarem seus eventuais regimes próprios de previdência social, para atenderem a seus peculiares interesses e situação fiscal.

III. É vedada a reedição, na mesma legislatura, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido a eficácia por decurso de prazo.

- a) Se a assertiva I for correta.
- b) Se a assertiva II for correta.
- c) Se a assertiva III for correta.
- d) Se nenhuma das assertivas for correta.
- e) Se todas as assertivas forem corretas.

QUESTÃO 75

Responda à questão considerando as assertivas abaixo:

- I. Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins será confiscado e reverterá em benefício de instituições e pessoal especializados no tratamento e recuperação de viciados e no aparelhamento e custeio de atividades de fiscalização, controle, prevenção e repressão do crime de tráfico dessas substâncias.
- II. A Constituição Federal estabelece a não crueldade da utilização de animais para práticas desportivas no Brasil, no caso de manifestações culturais registradas como patrimônio cultural brasileiro, assegurado o bem-estar dos animais envolvidos, conforme regulamentação por lei específica.
- III. É admissível proposta de Emenda à Constituição Federal em vigor, apresentada por um terço dos membros da Câmara dos Deputados,

do Senado Federal, ou das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, desde que, quanto a estas, cada uma delas se manifeste pela maioria relativa de seus membros.

- a) Se a assertiva I for correta.
- b) Se a assertiva II for correta.
- c) Se a assertiva III for correta.
- d) Se nenhuma das assertivas for correta.
- e) Se todas as assertivas forem corretas.

QUESTÃO 76

Responda à questão considerando as assertivas abaixo:

- I. Nos termos da legislação em vigor, quando houver outro meio eficaz de sanar a lesividade resultante de ato do poder público, não será admitida a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.
 - II. A respeito do controle de constitucionalidade das leis, a lei distrital oriunda de projeto de lei de autoria de parlamentar que estabelece normas gerais para a realização de concursos públicos pela administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal e para suspender o prazo de validade dos concursos públicos padece de inconstitucionalidade em face da Lei Orgânica do Distrito Federal.
 - III. Segundo a Constituição Federal e o Supremo Tribunal Federal, nos concursos públicos para o Exército, Marinha e Aeronáutica, a fixação de limite de idade tem que ser por lei, em sentido formal, não se admitindo a definição do limite por regulamento ou edital do concurso.
- a) Se a assertiva I for correta.
 - b) Se a assertiva II for correta.
 - c) Se a assertiva III for correta.
 - d) Se nenhuma das assertivas for correta.
 - e) Se todas as assertivas forem corretas.

QUESTÃO 77

Responda à questão considerando as assertivas abaixo:

- I. Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar nos crimes de responsabilidade os membros dos Tribunais de Contas dos Municípios.
 - II. Caso o Presidente da República solicite urgência e a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não se manifestarem sobre a proposição cada qual sucessivamente, em até trinta dias, sobrestar-se-ão todas as demais deliberações legislativas da respectiva Casa, com exceção das que tenham prazo constitucional determinado, até que se ultime a votação.
 - III. Segundo a doutrina e o Supremo Tribunal Federal, o Mandado de Injunção é remédio incluído na Constituição de 1988, baseado nas *injunctio*ns da Inglaterra e no *juicio de amparo* do México, que tem por objetivo suprir a regulamentação de direitos previstos em norma infraconstitucional.
- a) Se a assertiva I for correta.
 - b) Se a assertiva II for correta.
 - c) Se a assertiva III for correta.
 - d) Se nenhuma das assertivas for correta.
 - e) Se todas as assertivas forem corretas.

QUESTÃO 78

Responda à questão considerando as assertivas abaixo:

- I. Compete ao Superior Tribunal de Justiça, após a Emenda Constitucional nº 45/2004, julgar a extradição solicitada por Estado estrangeiro.
- II. Consoante entendimento reiterado do Supremo Tribunal Federal, além das cláusulas pétreas expressas na Constituição Federal de 1988, há também cláusulas pétreas implícitas que, igualmente, não podem ser alteradas, nem mesmo por Emenda Constitucional.
- III. Conforme a legislação em vigor e o entendimento pacífico do Supremo

Tribunal Federal, lei federal pode ser objeto de controle concentrado no âmbito estadual.

- a) Se a assertiva I for correta.
- b) Se a assertiva II for correta.
- c) Se a assertiva III for correta.
- d) Se nenhuma das assertivas for correta.
- e) Se todas as assertivas forem corretas.

QUESTÃO 79

Responda à questão considerando as assertivas abaixo:

- I. O Conselho Nacional de Justiça tem poder de fiscalização sobre as serventias judiciais, mas não sobre os órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que, nos termos da Constituição Federal, são exercidos em caráter privado.
- II. Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional de um lado e de outro Município.
- III. A Constituição Federal de 1988, no que tange à repartição de competências, estabeleceu que cabe à União os poderes enumerados, prescrevendo poderes remanescentes para os Estados-Membros.

- a) Se a assertiva I for correta.
- b) Se a assertiva II for correta.
- c) Se a assertiva III for correta.
- d) Se nenhuma das assertivas for correta.
- e) Se todas as assertivas forem corretas.

QUESTÃO 80

Responda à questão considerando as assertivas abaixo:

- I. Desde a expedição do respectivo diploma pela Justiça Eleitoral, em nenhum caso é admitida a prisão processual de parlamentar federal, pois se entende que essa prisão violaria a imunidade parlamentar, os princípios democráticos e a presunção

de inocência, garantida de forma expressa na Constituição Federal.

- II. Segundo o Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional a remoção por permuta nacional entre membros de Ministérios Públicos dos Estados.
- III. Considerando que no Ministério Público da União está compreendido o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, o membro desse Ministério Público especial também tem legitimidade para propor Ação Civil Pública.

- a) Se a assertiva I for correta.
- b) Se a assertiva II for correta.
- c) Se a assertiva III for correta.
- d) Se nenhuma das assertivas for correta.
- e) Se todas as assertivas forem corretas.

QUESTÃO 81

Responda à questão considerando as assertivas abaixo:

- I. Pelo poder-dever de autotutela imposto à Administração, desde que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância instaurada *ex officio*, é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima.
- II. Segundo o Supremo Tribunal Federal, o direito de greve dos servidores públicos, reconhecido na Constituição Federal de 1988, classifica-se como norma de eficácia limitada e não norma de eficácia contida.
- III. Não cabe mandado de segurança contra ato de administrador do Banco do Brasil que aplica multa decorrente do não cumprimento de contrato administrativo, firmado após procedimento licitatório, para adequação da rede elétrica de agência bancária.

- a) Se a assertiva I for correta.
- b) Se a assertiva II for correta.
- c) Se a assertiva III for correta.
- d) Se nenhuma das assertivas for correta.
- e) Se todas as assertivas forem corretas.

QUESTÃO 82

Responda à questão considerando as assertivas abaixo:

- I. É assegurado o direito de reunião, em parque público, sem armas, com prévio aviso à autoridade competente e desde que não haja qualquer outro evento agendado para o mesmo dia e local.
- II. Na vigência do estado de defesa, a prisão de qualquer pessoa não poderá ser superior a quinze dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário.
- III. A União poderá intervir nos Estados, Municípios e Distrito Federal, para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública.

- a) Se a assertiva I for correta.
- b) Se a assertiva II for correta.
- c) Se a assertiva III for correta.
- d) Se nenhuma das assertivas for correta.
- e) Se todas as assertivas forem corretas.

QUESTÃO 83

Responda à questão considerando as assertivas abaixo:

- I. Nos termos da Carta Magna em vigor, compete à União e aos Estados-Membros instituir, mediante lei, imposto fruto de sua competência residual.
- II. Segundo o Supremo Tribunal Federal, é constitucional a lei que estabelece alíquotas progressivas para o imposto de transmissão *inter vivos* de bens imóveis (ITBI), com base no valor venal do imóvel.
- III. As Comissões Parlamentares de Inquérito têm poderes próprios de autoridades judiciais e, segundo o Supremo Tribunal Federal, têm poder para decretar a condução coercitiva de testemunha que, intimada, não compareceu à sessão designada para sua oitiva nem se justificou. Portanto, não dependem as Comissões Parlamentares de Inquérito de

autorização judicial para essa finalidade.

- a) Se a assertiva I for correta.
- b) Se a assertiva II for correta.
- c) Se a assertiva III for correta.
- d) Se nenhuma das assertivas for correta.
- e) Se todas as assertivas forem corretas.

QUESTÃO 84

Responda à questão considerando as assertivas abaixo:

- I. A decisão do Supremo Tribunal Federal que declara, em sede de Adin, a inconstitucionalidade de uma lei com efeitos *ex tunc* tem a faculdade de provocar o retorno da legislação revogada, que, assim, voltará a produzir efeitos, desde que compatível com a Constituição em vigor.
- II. Compete ao Presidente da República nomear o Procurador Geral da República, para exercer a chefia do Ministério Público Federal, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para um mandato de dois anos, podendo ser reconduzido uma vez.
- III. A fim de manter a segurança jurídica que deve existir entre o Estado e o contribuinte, a Constituição Federal de 1988 estabelece como limitações ao poder de tributar as exigências da anterioridade e da noventena, as quais são aplicáveis a todos os impostos.

- a) Se a assertiva I for correta.
- b) Se a assertiva II for correta.
- c) Se a assertiva III for correta.
- d) Se nenhuma das assertivas for correta.
- e) Se todas as assertivas forem corretas.

QUESTÃO 85

Julgue os itens a seguir:

- I. As jazidas em lavra ou não e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para

efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra.

- II. A lei disporá sobre a ordenação dos transportes aéreo, aquático e terrestre, devendo, quanto à ordenação do transporte internacional, observar os acordos firmados pela União, atendido o princípio da reciprocidade.
- III. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las a simplificar de suas obrigações administrativas, tributárias e creditícias, com exceção das previdenciárias.
- IV. Aquele que possuir como sua área urbana de até trezentos metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- V. Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso inegociáveis pelo prazo de dez anos.

Estão corretos os itens:

- a) I, III e IV.
- b) I, IV e V.
- c) I, II e V.
- d) II, III e IV.
- e) II, III e V.

QUESTÃO 86

Assinale a alternativa correta:

- a) Entre as tendências modernizantes de governo, no desenho do estado contemporâneo brasileiro, estão a racionalização da gestão pública, o fortalecimento de sua inteiração democrática e a defesa do progresso econômico pela via do patrimonialismo.

- b) Ao considerar as três últimas décadas, a concepção de gestão pública orientada pelo modelo de *welfare state* entrou em crise, abriu amplo espaço ao segundo setor e mitigou a interação do terceiro setor com a administração pública.
- c) O princípio da isonomia formal tem sido aplicado pelo Supremo Tribunal Federal para dirimir lacunas existentes na disciplina sobre competência e outras atribuições dos entes estaduais, municipais e do Distrito Federal, a partir da adoção de paradigmas originalmente concebidos para a União Federal.
- d) O Congresso Nacional deu maior governança e *accountability* na aplicação e gestão de recursos do erário destinados a projetos executados por organizações da sociedade civil de interesses públicos (OSCIP) ao exigir dessas pessoas jurídicas de direito privado com fins lucrativos a assinatura de termo de parceria formal.
- e) Os termos de parceria firmados entre o poder público e as OSCIPs são regidos pelo princípio da solenidade e, por isso, não dispensam sua procedimentalização a partir de cláusulas que estipulem metas a serem atingidas em um cronograma organizado de execução, além de estabelecerem critérios objetivos de avaliação de desempenho que deverão ser utilizados mediante indicadores de resultado, todos estes, importantes instrumentos para a avaliação de políticas públicas.

QUESTÃO 87

Julgue os itens a seguir:

- I. Considera-se internacional a licitação que, processada em território nacional, admite a participação de licitantes estrangeiros e a cotação de preços em moeda estrangeira, ou aquela na qual o objeto contratual possa ou deva ser executado, total ou parcialmente, em território estrangeiro.
- II. Os proponentes da iniciativa privada que aderem a procedimento de

manifestação de interesse têm direito ao ressarcimento automático, a ser efetuado pelo poder público, das despesas por eles expendidas na elaboração de estudos, investigações, levantamentos e projetos, quando tais elementos forem aproveitados em licitação posterior da qual não participarem ou não lograrem vencedores, em respeito à vedação ao enriquecimento sem causa da administração pública.

- III. A legislação atual de licitações e contratos administrativos admite outras fontes de obrigações, inclusive exógenas, que não sejam as normas jurídicas, o edital, o contrato derivado do certame e a jurisprudência administrativa.
- IV. Prática sobrepreço em licitação o contratado que, ao alterar orçamento de obras e de serviços de engenharia, provoca desequilíbrio econômico-financeiro da obrigação avençada em seu favor.

São **FALSOS** os itens:

- a) I, II, III e IV.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) II, III e IV.

QUESTÃO 88

Julgue os itens a seguir:

- I. A declaração de nulidade de uma contratação feita pela administração pública, de trabalhador que não passou por prévio concurso público, não exclui a obrigação pelo pagamento do salário quanto aos serviços por ele prestados, embora desobrigue o depósito da parcela relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- II. O Supremo Tribunal Federal estabeleceu nítida dicotomia entre vetores empresariais e governamentais, ao restringir a

aplicação de teorias econômicas e de administração privada no campo da administração pública, fazendo preponderar o vetor de proteção jurídica ao trabalhador, mesmo em detrimento ao primado constitucional da eficiência da máquina pública, de modo a reordenar o uso de *outsourcing* no setor público.

- III. Nas hipóteses de acumulação lícita de cargos públicos, o teto remuneratório de regência incide isoladamente em cada uma das parcelas remuneratórias, sendo vedada a incidência do referido limitador sobre o somatório dos vencimentos.
- IV. Ao integrante da carreira de servidores do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios que esteja lotado, há mais de um ano, no cargo para o qual foi inicialmente provido, é permitida a permuta, a critério do chefe do Ministério Público da União (MPU), para ocupação da vaga de outro colega lotado em outra unidade administrativa do MPU, com exceção de ocupar vaga nos quadros administrativos do Conselho Nacional do Ministério Público da União.

São **VERDADEIROS** os itens:

- a) I, II e III.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) II, e IV.
- e) II, III e IV.

QUESTÃO 89

Assinale a alternativa incorreta:

- a) As sociedades de economia mista, por lei, estão subordinadas ao primado de governança corporativa que impõe a elaboração e divulgação do planejamento de suas atividades, o qual deverá ser submetido anualmente e aprovado por seu corpo de diretores.
- b) A adoção formal de *compliance* para as empresas públicas está expressa na obrigação legal de que elas devam criar e

aderir às melhores práticas de gestão e controle interno, o que inclui a formação e a manutenção de comitê de auditoria e a elaboração de código para disciplinar a conduta e a integridade de seus membros.

- c) As hipóteses remanescentes de licitações a serem conduzidas por empresas públicas, mesmo após o advento da recente lei de licitações e contratos administrativos, mantém o cabimento de ação mandamental para controle de ato coator eventualmente produzido no aludido certame.
- d) Mesmo após o advento da recente lei de licitações e contratos públicos, as subsidiárias de empresas públicas mantiveram um regime próprio e especial de contratação.
- e) Empresas públicas podem lançar debêntures para captar recursos no mercado, embora não possam admitir que esses papéis sejam conversíveis em futura participação acionária de seu adquirente na qualidade de acionistas preferenciais.

QUESTÃO 90

Assinale a alternativa incorreta:

- a) No âmbito do Distrito Federal, as ações e os serviços públicos de saúde integram uma rede única e hierarquizada, integrante do Sistema Único de Saúde (SUS), e têm como uma de suas diretrizes a descentralização administrativa da rede de serviços de saúde para as Regiões Administrativas do Distrito Federal, o que também permite a sua descentralidade financeira.
- b) A prestação de assistência médica qualificada e gratuita à população, quanto às unidades hospitalares que integram a rede de equipamentos públicos de saúde distrital, tem toda sua gestão exercida diretamente pelo Governo do Distrito Federal, por intermédio de sua Secretaria de Saúde.
- c) A assistência à saúde pode ser prestada pela iniciativa privada de maneira complementar no Distrito Federal, no

âmbito do SUS, desde que subordinada às diretrizes deste último e que tal prestação seja instrumentalizada por intermédio de contrato de direito público ou convênio.

- d) O dever de ressarcimento previsto no art. 32 da Lei nº 9.656/1998, o qual incide sobre os procedimentos médicos, hospitalares ou ambulatoriais custeados pelo SUS, posteriores a 1º de setembro de 1998, em todos os marcos jurídicos, é constitucional, sendo assegurados o contraditório e a ampla defesa, no âmbito administrativo, às operadoras de planos de saúde que pretendam tal reembolso.
- e) Entre os efeitos da declaração formal de uma pandemia epidemiológica, a dispensa de licitação para aquisição ou contratação de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência sanitária tornou-se possível e admitida pelo Legislativo Federal, muito embora o referido processo de dispensa seja temporário e válido apenas enquanto a situação emergencial internacional se mantiver.

QUESTÃO 91

Julgue os itens a seguir:

- I. Na modelagem de outorga de concessão de serviços públicos, o poder concedente pode, em casos justificados, estabelecer subsídios externos ao contrato para concessionários privados desde que atendidos os requisitos de vinculação à viabilidade da concessão, objetivamente atrelados à minimização da matriz de riscos e para se precaver contra pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro.
- II. Considera-se serviço adequado aquele que, prestado sob regime de concessão, atenda à legítima expectativa do consumidor usuário, à precificação de mercado, à padronização e à competitividade.
- III. O parâmetro legal de referência para medir o equilíbrio econômico-financeiro de um contrato de

concessão de serviços públicos é a verificação de manutenção, ou não, de suas condições ao tempo em que foi estabelecido o pacto.

- IV. A recente alteração da lei de licitações e contratos administrativos modificou a definição autêntica atribuída à concessão de serviços públicos para dela constar a previsão expressa de que o diálogo competitivo é uma das modalidades admitidas para licitar a delegação de sua prestação.

São **FALSOS** os itens:

- a) I e II.
b) II e III.
c) I, II e IV.
d) I, III e IV.
e) II e IV.

QUESTÃO 92

Julgue os itens a seguir:

- I. As autoridades públicas devem, na prática de atos e decisões administrativas, atuar de modo a aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas, mantida e assegurada a discricionariedade do gestor para se vincular aos precedentes do órgão no qual ocupa função.
- II. A decisão proferida por autoridade administrativa, no âmbito de procedimento formal, pode impor compensação por benefícios indevidos resultantes da conduta dos envolvidos, independentemente de previsão legal específica, sem ferir o princípio da legalidade estrita e atrelado a motivação determinante válida.
- III. Cabe exclusivamente ao Ministério Público estadual ou federal, no âmbito de inquérito civil formalizado, firmar compromisso com envolvidos em eventual irregularidade administrativa sob apuração para eliminar incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público.
- IV. A lei de introdução às normas de direito brasileiro introduziu, às decisões administrativas que invalidam contrato, o

requisito intrínseco de adotar expressamente, na motivação do ato, os efeitos jurídicos e gerenciais da medida adotada, sob a ótica da proporcionalidade.

São **VERDADEIROS** os itens:

- a) I, II e IV.
- b) I e III.
- c) I e IV.
- d) I, III e IV.
- e) II e IV.

QUESTÃO 93

Assinale a alternativa incorreta:

- a) O pedido que o Ministério Público faz ao juízo que processa ação de improbidade administrativa para decretar a indisponibilidade de bens de servidor demandado dispensa a demonstração do requisito processual de perigo na demora, uma vez que diferentemente da regra geral das cautelares, a medida constritiva prevista na Lei de Ação Civil Pública tem caráter especial.
- b) Para o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça, a despeito de a prescrição ser um instituto que milita, mesmo no campo do direito administrativo, em favor da estabilização das relações sociais e na segurança jurídica, a ação de ressarcimento que postula o reembolso de prejuízos causados ao erário por agente condenado com base na prática de conduta ímproba tipificada e na constatação do elemento subjetivo doloso não está sujeita a prazo prescricional, ao passo que a mera pretensão de ressarcimento de danos ao erário fora da hipótese acima está sujeita à prescrição quinquenal.
- c) Embora seja prevista legalmente a possibilidade de acordo de não persecução cível em sede de ação judicial de improbidade administrativa, é inadmissível que referida autocomposição seja homologada em sede recursal.
- d) Além da possibilidade do inquérito civil público conduzido pela autoridade competente, a persecução cível por improbidade administrativa admite uma

fase interna e administrativa cuja conclusão fundamentada da autoridade processante pela inexistência de ato ímprobo não encerra a possibilidade de o interessado apresentar nova representação a outra autoridade de controle.

- e) A persecução cível por improbidade administrativa é pautada pela ampla defesa e contraditório amplos, pelo que pode ter duas fases decisórias no âmbito de sua tramitação judicial perante o primeiro grau de jurisdição e, também, pode ser bifásica quanto às decisões que deliberam sobre representação apresentada por interessado em comunicar ato eventualmente ímprobo praticado por servidor público à autoridade administrativa competente para tal.

QUESTÃO 94

Julgue os itens a seguir:

- I. Denúncia de ato ímprobo feita sob anonimato é admitida para ensejar a instauração de inquérito civil público e a decisão que recebe a ação judicial, embora a condenação futura deva necessariamente estar motivada em outros tipos de elementos probatórios.
- II. As ações ordinárias de ressarcimento que postulam o reembolso de prejuízos materiais causados ao erário por agente condenado com base na prática de conduta ímproba tipificada têm seu montante condenatório revertido ao conselho federal ou estadual que administre a recomposição de danos difusos correspondentes ao bem jurídico violado.
- III. A posse e o exercício de agente público são condicionados à apresentação e renovação anuais de declaração de bens e valores integrantes de seu patrimônio privado e de autorização simplificada de acesso aos registros bancários da conta de recebimento de seus proventos ou subsídios.

- IV. Eventual ilícito ímprobo que decorra de infrações disciplinares cometidas por servidor militar do Exército deve ser julgado pela justiça militar.

São **FALSOS** os itens:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) II, III e IV.
- e) I, II, III e IV.

QUESTÃO 95

Assinale a alternativa correta:

- a) Os bens públicos de valor meramente estético não são considerados patrimônio tutelado pela via da ação popular, mas apenas os valorados significativamente sob o aspecto econômico, artístico, cultural, histórico ou turístico.
- b) O cidadão tem poder de, individualmente, demandar em juízo o pedido de anulação de atos lesivos ao patrimônio do Distrito Federal, incumbindo ao Ministério Público, como fiscal da ordem jurídica, requerer às entidades envolvidas todas as certidões e informações necessárias à comprovação do fato alegado.
- c) O regime jurídico de tratamento de dados pessoais deve ser seguido pela administração pública na utilização de informações no âmbito exclusivo da segurança pública *lato sensu* e afastado quando realizado para fins de atividades exclusivas de investigação penal ou de defesa nacional.
- d) O tratamento de dados pessoais a ser feito no âmbito de empresas públicas respeita o mesmo regime que respeitado por sociedades de economia mista.
- e) A operacionalização de políticas públicas feita por sociedade de economia mista que importe na gestão de dados pessoais se submete ao mesmo quadrante de obrigações legais para a proteção destes bens imateriais a que estão sujeitas as pessoas jurídicas de direito privado.

QUESTÃO 96

Assinale a alternativa correta:

- a) Por analogia às atribuições do Presidente da República, o Governador do Distrito Federal não está atrelado aos nomes que vierem a integrar lista tríplice votada pelos promotores e procuradores para poder nomear o chefe do Ministério Público do Distrito Federal.
- b) Entre os conselheiros do Tribunal de Contas do Distrito Federal cuja escolha fica a cargo do Governador, com aprovação da Câmara Legislativa, um é de sua livre indicação e os outros dois se alternam entre auditores daquela corte de contas e membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
- c) O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios tem assento fixo de representação perante o Conselho Nacional do Ministério Público, sem a necessidade de alternância com outros membros do Ministério Público da União.
- d) O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios alterna-se com os demais Ministério Públicos estaduais na ocupação de vaga perante o Conselho Nacional do Ministério Público.
- e) A ocupação e o exercício de cargo de Promotor de Justiça do Distrito Federal e Territórios é compatível com a nomeação de secretário de estado do Distrito Federal, desde que mediante o pedido de licença não remunerada.

QUESTÃO 97

Julgue os itens a seguir:

- I. O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios é mantido com orçamento da União Federal para despesas de pessoal e do Distrito Federal para despesas correntes.
- II. O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios pode exercer controle externo sobre execução orçamentária e financeira de programas de trabalho incluídos por

emendas individuais de deputados distritais.

- III. A execução orçamentária e financeira dos programas de trabalho incluídos por emendas individuais dos deputados distritais ao projeto de Lei Orçamentária Anual é compulsória quando destinada a serviços públicos de saúde.
- IV. As emendas individuais endereçadas por parlamentares distritais ao projeto de Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal devem respeitar o limite de 1,2% da receita corrente líquida nele estimada.

São **VERDADEIROS** os itens:

- a) II e III.
- b) I, II e III.
- c) I, III e IV.
- d) II e IV.
- e) I, II, III e IV.

QUESTÃO 98

Assinale a Alternativa correta:

- a) Admite-se a avocação de procedimento ou processo administrativo disciplinar em curso contra membro ou servidor do Ministério Público, a qual se dará mediante proposição de qualquer Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) ou representação fundamentada de qualquer cidadão que seja dirigida ao Presidente daquele colegiado.
- b) O controle interno do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) para com atos disciplinares de seus membros é exercido pela sua corregedoria e, o externo, pelo Conselho Superior do aludido órgão.
- c) O estágio probatório a ser cumprido por Promotor do MPDFT é de dois anos contados do efetivo exercício do cargo, só podendo ser interrompido, com a perda do cargo, por decisão da maioria absoluta do respectivo Colégio de Procuradores e Promotores, respeitada a ampla defesa, o contraditório e o devido processo legal.
- d) A representação por inércia ou excesso de prazo formulada contra membro do

Ministério Público é processada, no âmbito do CNMP, como processo administrativo disciplinar.

- e) O Conselho Nacional do Ministério Público pode revisar processos administrativos disciplinares contra membro do Ministério Público, definitivamente julgados há menos de um ano, mediante a provocação de qualquer cidadão, vedada a avocação de ofício.

QUESTÃO 99

Analise a alternativa incorreta:

- a) O acionamento de *recall* para produtos fabricados no Brasil, com distribuição nacional, é feito por provocação de qualquer PROCON interessado e gerido pela Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Justiça.
- b) O Tribunal de Contas da União, ao exercer controle externo sobre a administração pública federal e os serviços públicos por ela fornecidos, pode examinar aspectos de repressão ao abuso do poder econômico, livre concorrência e defesa dos consumidores.
- c) A intervenção estatal na economia como instrumento de regulação dos setores econômicos deve compatibilizar os esforços de promover a livre concorrência, a eficiência e o livre jogo dos mercados, de modo a não ocasionar, com seu ingresso, distorções ainda maiores de monopólios, oligopólios, cartéis, trustes ou outras deformações, sob pena de se lhe impor dever indenizatório contra terceiros prejudicados.
- d) O Estado que mantém programas permanentes de incentivo a atividades econômicas de turismo para sua economia local, sem que outros ramos da economia tenham igual tratamento, não frustra regra de competitividade de mercado.
- e) As empresas públicas estatais que exploram serviços de saneamento básico em regime de exclusividade não concorrencial podem, se não distribuírem

lucro, sujeitar-se ao regime de pagamento por precatórios.

QUESTÃO 100

Julgue os itens a seguir:

- I. É possível a exploração comercial de produtos e subprodutos oriundos de recursos naturais em unidade de conservação organizada na forma de reserva particular do patrimônio natural, desde que haja prévia autorização da autoridade competente e pagamento pela outorga.
- II. O sistema nacional de unidades de conservação da natureza protege características relevantes de diversas facetas, inclusive a cultural.
- III. A visitação de pessoas com objetivos desportivos é possível nas áreas de reservas particulares de patrimônio natural.
- IV. O reconhecimento e a declaração formais de que uma área particular seja de relevante interesse ecológico impõem ao poder público desapropriá-la.

São **FALSOS** os itens:

- a) I, II e III.
- b) I e III.
- c) I e IV.
- d) II e III.
- e) I, III e IV.

